

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto**



Adjudicação/ Homologação

Valor estimado (unitário) R\$ 2.251.172,8800



novembro de 2025, às 11h00min (horário oficial de Brasília-DF) e 10h00min (horário local) através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

DOS FATOS PRELIMINARES Primeiramente, vale ressaltar que na fase dos lances, restaram empatadas diante do preço ofertado para o LOTE 01 as empresas J R LAGE CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 43.507.071/0001-98); R & R LTDA (CNPJ 11.006.117/0001-07); AC CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 23.044.736/0001-67); NUEVA HISTÓRIA CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 27.677.025/0001-80); CONSTRUTORA FREIRE LTDA (CNPJ 50.433.781/0001-86); MMGR CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 02.646.893/0001-72) e DZ CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 07.325.604/0001-57). Para o LOTE 02 lances ofertados pelas empresas JURUA CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 08.910.286/0001-54); NUEVA HISTORIA CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 27.677.025/0001-80); ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 34.719.674/0001-62); R & R LTDA (CNPJ 11.006.117/0001-07); J R LAGE CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 43.507.071/0001-98); AC CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 23.044.736/0001-67), restaram empatados. Para o LOTE 03 lances ofertados pelas empresas NUEVA HISTORIA CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 27.677.025/0001-80); EURO CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 05.687.069/0001-59); JURUA CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 08.910.286/0001-54) . ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 34.719.674/0001-62); J R LAGE CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 43.507.071/0001-98); AC CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 23.044.736/0001-67), também restaram empatados. O critério de desempate adotado pelo pregoeiro baseia-se no item 13.19, alínea "d" do edital ID (0064721293), conforme previsto na Lei 14.133/2021, artigo 60, inciso IV. RECURSOS ADMINISTRATIVOS id. (0067052254) referente ao Lote 01 e id. (0067052599) referente aos Lotes 02 e 03– Interpostos, tempestivamente, pela empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ N.º 02.646.893/0001-72, contra o resultado do julgamento da habilitação da empresa AC CONSTRUTORA LTDA CNPJ N.º 23.044.736/0001-67, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90087/2025/SUPEL/RO/SUPEL/RO. CONTRARRAZÕES – a empresa AC CONSTRUTORA LTDA apresentou suas contrarrrazões tempestivamente Id. (0067327708) acerca dos apontamentos contidos nos recursos interpostos pela empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA referente aos LOTES 01, 02 e 03. Os dois recursos interpostos e a contrarrrazão apresentada estão fundamentados na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. DAS FORMALIDADES Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foram identificados as demais licitantes da existência e através dos RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso em anexo as peças recursais na íntegra no "site" da SUPEL/RO (www.rondonia.ro.gov.br/supel) Id. (0067111142), bem como mantem-se disponibilizado na sala eletrônica da sessão pública através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). DOS RECURSOS A recorrente alega no primeiro recurso (LOTE 1) interposto, contraditando a decisão que sagrou como primeira colocada no certame a empresa AC CONSTRUTORA LTDA, vez que foi adotado como critério de desempate a declaração de possuir PROGRAMA DE INTEGRIDADE, previsto no edital no seu item 13.19, alínea "d". Alega que a empresa recorrida para efeito de desempate, declarar possuir o Programa de Integridade sem comprovação documental. Segundo a recorrente, tal ato assemelha-se a apresentação de declaração falsa, devendo a empresa que assim agiu, ser declarada inabilitada. E ainda, que a mesma deverá sofrer as sanções cabíveis prevista no inciso VIII, artigo 155 da Lei 14.133/2021. A empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA alega a falta de cumprimento das normas editalícias, pois segundo a mesma (...) "Havendo previsão de Programa de Integridade como requisito ou elemento a ser declarado (COMPRASGOV)" (...) (...) "como um Programa de Integridade — ela está vinculada à veracidade e à comprovação objetiva dessa declaração, independentemente de ter, naquele momento específico, usufruído ou não da vantagem decorrente dela" (...). A empresa recorrente enfatiza em sua peça recursal, o dever da administração pública de fiscalizar, atestar a veracidade da informação prestada pela empresa recorrida. Uma vez não comprovada a adoção do programa de integridade, a empresa não deverá ser inabilitada por não estar vinculada ao instrumento convocatório. O segundo recurso (Lotes 02 e 03): A empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA novamente traz as alegações acima descritas em relação a declaração apresentada pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA afirmando possuir Programa de Integridade, mas não comprovando a materialidade do mesmo nos autos do processo, o que segundo a recorrente, caracteriza declaração falsa que deverá desencadear na inabilitação da mesma e tipifica falsidade declaratória, devendo sofrer sanções previstas em lei. Outro ponto rechaçado no recurso, foi a inabilitação da empresa recorrente sob a alegação desta não ter atendido as exigências contidas no edital referente a qualificação técnica. Segundo a recorrente, a decisão não reflete ao conjunto documental apresentado, nem considera a busca pela proposta mais vantajosa. Alega que todas as certidões de acervo técnico apresentadas são compatíveis com o exigido no edital, atestando que o engenheiro civil indicado como responsável técnico por esta, possui aptidão para atuar em obras com instalações elétricas de baixa tensão. Cita no recurso a Resolução CONFEA nº 218/73, art. 7º que estabelece que o engenheiro civil pode executar serviços que incluem infraestrutura elétrica interna. E ainda, que a decisão que resultou na sua inabilitação prejudica a competitividade no certame e que a interpretação da administração foi excessivamente formal e não prevista. DO PEDIDO: O provimento integral dos recursos interpostos; A revisão e anulação da decisão que inabilitou a MMGR nos Lotes 2 e 3, tendo em vista que, para os serviços exigidos no presente certame, o engenheiro civil detém plena capacidade técnica para a execução; O saneamento da habilitação da MMGR, com aceitação das CATs e do responsável técnico; A imediata inabilitação da empresa concorrente que apresentou declaração falsa, quando ao Programa de Integridade; A reabertura da fase de habilitação, caso necessário, para julgamento objetivo e transparente O reconhecimento de que a empresa AC CONSTRUTORA LTDA apresentou declaração inverídica quanto à existência de Programa de Integridade; DAS CONTRARRAZÕES: Em contrapartida, a empresa recorrida AC CONSTRUTORA LTDA, apresentou contrarrrazões refutando os argumentos da recorrente, sustentando que a mesma busca desqualificar a declaração da recorrida por meio de suposições e pesquisas superficiais, sem, contudo, apresentar qualquer prova concreta de que o Programa de Integridade da Recorrida não existe ou é ineficaz. Que a administração pública diante das alegações aqui transcritas, não realizou qualquer diligência objetivando verificar a veracidade da informação. Ainda que (...) "A ausência de diligência por parte da autoridade administrativa é um ponto crucial que impede qualquer presunção de falsidade ou irregularidade. " (...) Segundo a recorrida, inexistiu obrigação legal e editalícia de registro ou publicidade do programa de integridade, ou seja, trata-se de documento de governança interna da pessoa jurídica, bastando apenas a declaração nos termos do edital. Que, a eventual aceitação da tese recursal violaria os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade. Outro ponto suscitado pela empresa recorrida, é a necessidade da manutenção da decisão anteriormente proferida pelo Pregoeiro ao inabilitar a empresa recorrente por falta de comprovação da qualificação técnica exigidas no edital para os Lotes 02 e 03. Afirma que a empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA deixou de apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável pelas instalações elétricas prediais de baixa tensão, por se tratar de parcela tecnicamente relevante. DO PEDIDO: Requer a empresa recorrida o não provimento dos recursos interpostos pela empresa recorrente; a manutenção integral da decisão que inabilitou a MMGR CONSTRUÇÕES LTDA nos Lotes 02 e 03 e a confirmação da habilitação da AC CONSTRUTORA LTDA, por ter cumprido plenamente as exigências do edital. DA OPORTUNIDADE CONCEDIDA À EMPRESA RECORRIDA PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR O TCU reforça validade de documentação complementar para habilitação em licitações. Em recente decisão, o Tribunal de Contas da União (TCU) reiterou os precedentes emitidos pela corte em 2022, manifestando-se favoravelmente à juntada de documentos nas fases de classificação ou habilitação, visando a atestar situações pré-existentes à sessão pública da licitação. O artigo 64 da Lei de Licitações disciplina o dever que tem a administração pública de realizar diligências para sanar dúvidas quanto aos documentos apresentados no curso da licitação, que possam ser dirimidas em prol da seleção da proposta mais vantajosa para o poder público, desde que não redundem na substituição ou apresentação de novos documentos Nesta seara, foi oportunizado a empresa recorrida, através da plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras), o prazo de 2 (dois) dias que findou dia 12.12.2025, para a apresentação do programa de integridade, tendo a empresa AC CONSTRUTORA LTDA encaminhando pelos meios admitidos em lei o referido documento Id. (0067441471). Vale ressaltar que na fase licitatória não cabe a análise e conclusão do programa de integridade, apenas nesse ato confirmar que a empresa AC CONSTRUTORA LTDA comprovou cabalmente o que inicialmente o fez em declaração, usando a prerrogativa que lhe confere a lei e o edital para fins de desempate em certame licitatório. DA FUNDAMENTAÇÃO A análise do Pregoeiro considerou: Quanto ao requerimento pela inabilitação da empresa AC CONSTRUTORA LTDA sob a alegação de que esta apresentou declaração inverídica quanto à existência de Programa de Integridade, não procede. A Lei nº 14.133/2021 modernizou as regras de licitações e tornou a transparência e a integridade pontos centrais nas contratações públicas. O art. 25, §4º: Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. (...) § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento. (Regulamento) O art. 60, inciso IV: Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: (...) IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. e o art. 163, parágrafo único, que exige a implantação ou aperfeiçoamento de um programa desses como condição para reabilitação de empresas punidas por infrações graves. No caso em tela, várias licitantes ofereceram lances com valores idênticos para o LOTE 01, 02 e 03, e o critério de desempate adotado foi o previsto em lei e no edital que rege o presente certame no item 13.19 alínea "d". Observa-se que a empresa recorrente alega nos dois recursos que não basta a declaração pela empresa participante, é necessário a comprovação de existência, implementação e funcionamento do Programa de Integridade. Segundo a mesma, a falta dessa comprovação caracteriza declaração inverídica. Ora, o governo federal já implementou esse critério no sistema Compras.gov.br (antigo comprasnet), onde os licitantes poderão optar em declarar a existência de seus programas de integridade para se beneficiar dessas vantagens, ou não. (grifo nosso). O sistema Compras.gov.br passou a permitir que fornecedores informe se possuem programas de integridade. Essa informação pode ser usada como critério de desempate em licitações conforme prevê o inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 12.304/2024. Vejam que o próprio sistema de acordo com a legislação permite apenas a declaração para as licitantes. Importante citar aqui a Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 que estabelece os procedimentos e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024. Em seu artigo 18 estabelece: Art. 18. Para utilização como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será considerada a declaração apresentada pelo licitante de que desenvolve Programa de Integridade, no momento da apresentação da proposta no processo licitatório. Somente após sagrar-se vencedora do certame, e consequentemente a celebração do contrato, é estipulado a partir daí, 6 (seis) meses para comprovação do Programa de Integridade e sua implementação. Portanto a empresa recorrente imputou precocemente à empresa recorrida declaração falsa, requerente ainda a aplicação de penalidades sobre a mesma. Não procedente. Quanto à inabilitação da empresa recorrente: Compulsando a documentação apresentada pela empresa recorrente MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, especificamente em relação a qualificação técnica profissional para (0066251494) (0066251508) onde o Anexo VII indica como responsáveis técnicos os Srs. Washington Santos Vasconcelos – Engenheiro Civil, Andriolly Maciel Rabelo – Engenheiro de Segurança do Trabalho e Glauber Garcez Campos – Engenheiro Mecânico. Ora o edital é bem claro quanto a exigência da licitante comprovar vínculo profissional com engenheiro elétrico. 12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...) 12.4.2.3 Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (engenheiro eletricitista): Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com a habilitação na área de engenharia elétrica, devidamente registrado no CREA, que comprove a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições: 12.4.2.4 Capacidade técnico-profissional: será comprovado por acervo técnico de execução, coordenação ou supervisão de serviço continuado de manutenção predial em edificações que somas áreas construídas superiores a 5% do metro quadrado dos prédios da SESDEC e Forças Integrantes contidas em qualquer dos lotes, com pelo o menos 1 (um) atestado que comprove a execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância do objeto em contratos diversos, incluindo: Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão; O Pregoeiro ao oportunizar o envio de documentação complementar pela empresa recorrente, usou da prerrogativa de realizar diligências para saneamento de falhas das propostas e da documentação de habilitação, que em observância ao art. 64 da Lei 14.133/2021 destaca a possibilidade de que em sede de diligência novos documentos podem ser juntados para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame. Diante da existência de vícios e falhas nos atos praticados ao longo do processo licitatório, seja pela Administração, seja pelos próprios licitantes, na esteira do que consta do art. 55 da Lei nº 9.784/1999[8] e do enunciado da Súmula nº 473 do STF[9], a Lei nº 14.133/2021 evidencia a diretiz de busca pelo saneamento, impondo-se a anulação apenas diante da impossibilidade da convalidação, ou seja, quando se está diante de vício insanável. Tal diretiz é consubstanciada no art. 169, § 3º, I, ao se estabelecer o dever de os agentes públicos em geral, "quando constatarem simples

impropriedade formal", adotarem "medidas para o seu saneamento". O que ocorreu de fato foi que empresa recorrente enviou documentos que não esclarecem ou complementam a documentação original Id. (0066421863), ou seja, apresentou certidões emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima – CREA- RR, em favor do Sr; Carlos Alberto Dias Filho, engenheiro eletricista, que sequer foi mencionado na documentação inicialmente apresentada. Art. 64 da Lei 14.133/2021 Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. § 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (...) Portanto, resta evidenciado o não cumprimento por parte da empresa recorrente de cláusula editalícia para qualificação técnica referente aos LOTES 02 e 03. A mera alegação de que a Resolução CONFEA nº 218/73 habilita o profissional engenheiro civil a executar serviços que incluem infraestrutura elétrica interna, não é o suficiente para justificar o descumprimento da exigência contida no edital, onde exige que o licitante comprove possuir em seu quadro permanente engenheiro eletricista, conforme item 12.4.2.3, onde: (...) 12.4.2.3 Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (engenheiro eletricista): Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com a habilitação na área de engenharia elétrica, devidamente registrado no CREA, que comprove a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições: (...) Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 8 (DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO) do Edital de Licitação, o instrumento, em regra, é o Edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. O Instrumento Convocatório é elemento fundamental do procedimento licitatório, é ele que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres mútuos, regulando todo o certame público. Em outras palavras, pode se dizer que, nada poderá ser criado ou feito sem haver previsão no ato convocatório. Como bem destaca Fernanda Marinela (2006, p. 264), o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o Edital é a lei interna da licitação. Com o fim de subsidiar as alegações de que a empresa AC CONSTRUTORA apresentou declaração falsa de possuir programa de integridade, foi aberto campo de diligência do COMPRAS.GOV, para o envio dos documentos complementares, que fizessem referência e comprovassem que a empresa possui o programa de integridade em execução. Após análise dos documentos em sede de diligência, verificou-se o envio dos seguintes documentos: 1. Matriz de Riscos para Licitações e Contratos; 2. Termo de Designação do Compliance Officer; 3. Programa de Integridade, Política Anticorrupção e Código de Conduta; 4. Aviso Interno de Comunicado de Implementação do Programa de Integridade, apresentando ainda canal de ouvidoria; e 5. Pacote de Evidências - Programa de Integridade. Juntados conforme previsto no art. 64 da Lei 14.133/2021, foi comprovado dentro do prazo estipulado na plataforma de licitações COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Por fim, em análise minuciosa dos autos e dos documentos acostados, verificou-se que a empresa recorrida atendeu integralmente às exigências editalícias, o que NÃO se impõe a necessidade de revisão do ato de sua habilitação, estando dentro de sua legalidade e a isonomia entre as licitantes. Dessa forma, diante dos fatos e fundamentos expostos, prola-se a decisão a seguir delineada. DA DECISÃO Diante dos fatos apresentados, após a conclusão da análise aos recursos interpostos e da contrarrazão, este Pregoeiro, junto à Comissão de Obras, DECIDIU pela MANUTENÇÃO DA DECISÃO proferida em sessão pública, NEGANDO PROVIMENTO aos recursos interpostos pela empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, acatando as alegações contidas na CONTRARRAZÃO apresentada pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA, que mantém a decisão que declarou habilitada a empresa AC CONSTRUTORA LTDA para os LOTES 01, 02 e 03, fundamentada no princípio constitucional contido no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando o que preceitua o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, além dos itens vinculados ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90087/2025/SUPEL/RO. Senão vejamos: Negar provimento ao recurso interposto pela MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, mantendo a decisão de HABILITAÇÃO da AC CONSTRUTORA LTDA para os LOTES 01, 02 e 03, uma vez que não procede as alegações arguidas no recurso ora analisado. A decisão anteriormente proferida está em conformidade com o edital e a legislação vigente. Porto Velho, 17 de dezembro de 2025. JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS Pregoeiro da 1ª Comissão de Obras - COOBR1/SUPEL/RO Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025 (0067196447)

Revisão da autoridade competente

Nome
NOME

Decisão tomada
mantida decisão não procede

Data decisão
22/12/2025 09:41

Fundamentação

Decisão nº 166/2025/SUPEL-ASTEC Pregão Eletrônico n.º 90087/2025 - Regido pela LEI Nº 14.133/2021 Processo Administrativo:0037.000480/2024-77 Interessada: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para realização eventual de serviços comuns de engenharia para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra (sem dedicação exclusiva), materiais, equipamentos e acessórios na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, descritos para a execução perfeita do serviço, compreendendo: Manutenção Predial, conserto, conservação, recuperação, demolição, adaptação, modernização e pequenas reformas, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e forças integrantes de segurança (Polícia Militar-PM, Corpo de Bombeiro Militar-CBM, Polícia Civil-PC e Superintendência Polícia Técnico-Científica-POLITEC). Assunto: Decisão em julgamento de recurso. Vistos, etc. Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do artigo 165, inciso I, §2º da Lei nº 14.133/2021. Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto os serviços comuns de engenharia para manutenção predial, com fornecimento de mão de obra (sem dedicação exclusiva), materiais, equipamentos e acessórios na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, descritos para a execução perfeita do serviço, compreendendo: Manutenção Predial, conserto, conservação, recuperação, demolição, adaptação, modernização e pequenas reformas, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e forças integrantes de segurança (Polícia Militar-PM, Corpo de Bombeiro Militar-CBM, Polícia Civil-PC e Superintendência Polícia Técnico-Científica-POLITEC). Verifica-se a interposição de uma pluralidade de recursos tempestivos em face da decisão da condutora do certame, desse modo, necessário se faz pontuar cada recurso e suas contrarrazões, vez que trazem à baila irresignações que envolvem suas próprias inabilitações e a habilitação da recorrida, senão vejamos Recorrente: MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.646.893/0001-72 - Recurso, Id. (0067052254), para o Lote 1; Recorrente: MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.646.893/0001-72 - Recurso, Id. (0067052599), para os Lotes 2 e 3; Recorrida: AC CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.044.736/0001-67 - apresentou contrarrazões, (0067327708). Os dois recursos interpostos e a contrarrazão apresentada estão fundamentados na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Desse modo, passa-se à análise dos recursos. Primeiramente analisaremos o recurso para o lote 1 que habilitou a empresa AC CONSTRUTORA LTDA, (0067052254). Em síntese, a recorrente alega que a empresa AC CONSTRUTORA LTDA, a fim de sagrar-se vencedora do certame, declarou possuir programa de integridade para efeito de desempate, nos termos descritos no subitem 13.19.d, do edital. Alega a recorrente que ao analisar a documentação da recorrida, verificou-se que a referida empresa limitou-se a apresentar mera declaração, sem efetiva comprovação da existência, implementação e funcionamento de Programa de Integridade, minimamente estruturado, com os elementos previstos na legislação e que tal circunstância caracteriza, em tese, DECLARAÇÃO INVERDÍDICA, para tanto requer a sua inabilitação. Por fim, requer a inabilitação da referida empresa nos Lotes em que foi declarada vencedora, em observância à Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade e julgamento objetivo. Vejamos. Nesse ponto, insta destacar as exigências previstas no Edital acerca do programa de integridade, Id. (0064721293): 13.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem: a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021; c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. Por sua vez a Lei nº 14.133/2021 disciplinou e modernizou as regras de licitações e tornou a transparência e a integridade pontos centrais nas contratações públicas. Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. (...) § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento. (Regulamento) O art. 60, inciso IV: Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: (...) IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. Vejamos ainda a Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, a qual estabelece os procedimentos e a metodologia de avaliação de programas de integridade de que trata o Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024. Em seu artigo 18 estabelece que: Art. 18. Para utilização como critério de desempate previsto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será considerada a declaração apresentada pelo licitante de que desenvolve Programa de Integridade, no momento da apresentação da proposta no processo licitatório. O sistema Compras.gov.br passou a permitir que fornecedores informe se possuem programas de integridade. Essa informação pode ser usada como critério de desempate em licitações conforme prevê o inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 12.304/2024. Vejam que o próprio sistema de acordo com a legislação permite apenas a declaração para as licitantes. Pois bem, as argumentações da recorrente não devem prosperar, uma vez que, conforme a Lei encimada há previsão para tal e bem como foi claramente disciplinado no Ato Convocatório. Portanto, repúdio os argumentos. Em relação ao segundo recurso interposto pela recorrente MMGR CONSTRUÇÕES LTDA,(0067052599): A empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA novamente traz as alegações acima descritas em relação a declaração apresentada pela empresa AC CONSTRUTORA LTDA afirmando possuir Programa de Integridade, mas não comprovando a materialidade do mesmo nos autos do processo, o que segundo a recorrente, caracteriza declaração falsa que deverá desencadear na inabilitação da mesma e típica falsidade declaratória, devendo sofrer sanções previstas em lei. Outro ponto rechaçado no recurso, foi a inabilitação da empresa recorrente sob a alegação desta não ter atendido as exigências contidas no edital referente a qualificação técnica. Alega a recorrente que a decisão não reflete ao conjunto documental apresentado, nem considera a busca pela proposta mais vantajosa. Alega ainda que todas as certidões de acervo técnico apresentadas são compatíveis com o exigido no edital, atestando que o engenheiro civil indicado como responsável técnico por esta, possui aptidão para atuar em obras com instalações elétricas de baixa tensão, citando no recurso a Resolução CONFEA nº 218/73, art. 7º que estabelece que o engenheiro civil pode executar serviços que incluem infraestrutura elétrica interna. Argumenta ainda, que a decisão que resultou na sua inabilitação prejudica a competitividade no certame e que a interpretação da administração foi excessivamente formal e não prevista, para tanto requer a revisão e anulação da decisão que inabilitou a MMGR nos Lotes 2 e 3, tendo em vista que, para os serviços exigidos no presente certame, o engenheiro civil detém plena capacidade técnica para a execução e ainda, a imediata inabilitação da empresa concorrente que apresentou declaração falsa, quando ao Programa de Integridade. Inicialmente, cabe ressaltar que a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições

estabelecidas pela Administração no edital. Neste sentido, colhe-se do Edital: 12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...) 12.4.2.3 Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (engenheiro eletricitista): Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com a habilitação na área de engenharia elétrica, devidamente registrado no CREA, que comprove a responsabilidade pelas funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, observando as seguintes condições: 12.4.2.4 Capacidade técnico-profissional: será comprovado por acervo técnico de execução, coordenação ou supervisão de serviço continuado de manutenção predial em edificações que somas áreas construídas superiores a 5% do metro quadrado dos prédios da SESDEC e Forças Integrantes contidas em qualquer dos lotes, com pelo o menos 1 (um) atestado que comprove a execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância do objeto em contratos diversos, incluindo: Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão. (Grifo nosso) Diante disso, compulsando a documentação apresentada pela empresa recorrente MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, em relação a qualificação técnica profissional, (0066251494) (0066251508) onde o Anexo VII indica como responsáveis técnicos os Srs. Washington Santos Vasconcelos – Engenheiro Civil, Andriolly Maciel Rabelo – Engenheiro de Segurança do Trabalho e Glauber Garcez Campos – Engenheiro Mecânico. Observa-se que não houve o cumprimento das regras disciplina no subitem 12.4 do Edital, vez que não se comprovou o atestado de capacidade técnico-profissional de engenheiro eletricitista. Cumpre salientar, entretanto, que tendo como finalidade privilegiar a competição mediante a manutenção na disputa de licitantes que tenham entregue documentação omissa/incompleta, a Lei de Licitações legítima, em algumas situações, a realização de diligências. É o que se verificou, a diligência realizada pelo Pregoeiro, em observância ao art. 64 da Lei 14.133/2021 que oportuniza possibilidade de que em sede de diligência documentos podem ser juntados para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame. Isto porque, como visto, tanto a Lei 14.133/2021, quanto o edital, trazem expressamente as hipóteses de diligência para juntada de documentos, sendo estas apenas relacionadas à complementação de documento já apresentado ou atualização de documentação com prazo de validade vencida. Pois bem! In Casu, como bem pontuou o Pregoeiro a empresa recorrente enviou documentos que não esclarecem ou complementam a documentação original Id. (0066421863), ou seja, apresentou certidões emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima – CREA- RR, em favor do Sr. Carlos Alberto Dias Filho, engenheiro eletricitista, que sequer foi mencionado na documentação inicialmente apresentada. Posto isso, entende-se, com base nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, e julgamento objetivo pela manutenção da decisão do Sr. Pregoeiro. É importante entendermos o que é a licitação pública, para Hely Lopes "licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos". (2005, p.269). Ressalto, que todos os julgados da administração pública, estão embasados nos princípios no artigo 5º da Lei 14.133/2021, vejamos: Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). Em atenção ainda, ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, torna-se imprescindível a observância aos limites constantes do corpo do edital, assim, uma vez publicado o edital, não só o particular como a própria Administração submetem-se a ele. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO TIDO COMO ILEGAL PRATICADO PELO DIRETOR-GERAL E PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RECURSO DA LICITANTE. AUTORIDADE COATORA QUE SE NEGOU A RECEBER A PROPOSTA DA IMPETRANTE EM RAZÃO DE ATRASO DE 4 (QUATRO) MINUTOS. TESE DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. ALEGADO FORMALISMO EXACERBADO. TESES INSUBSISTENTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. ATRASO OCORRIDO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. FORTUITO INTERNO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CONDUTA ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. "Diante dessa perspectiva, por princípio, uma vez publicado o edital, a Administração e os licitantes estão vinculados a ele, não podem se apartar ou se dissociar de seus termos. [...] À Administração não é permitido fazer exigências não previstas no edital nem deixar de exigir aquilo que fora prescrito nele. Os licitantes, por sua vez, devem cumprir os termos estabelecidos no edital. Eis o princípio da vinculação ao edital." (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 90-91). APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5082662-18.2023.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-06-2024).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA). Desta feita, pelas razões e fundamentos destacados no Termo de Julgamento de Recurso, Id. ((0067052254 e 0067052599), e contrarrazões, (0067327708), que elaborado em observância às razões recursais, Id. (67578311), apresentadas no certame, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão do Pregoeiro. Isto posto, DECIDO: 1. Conhecer e julgar IMPROCEDENTE os recursos interpostos pela empresa MMGR CONSTRUÇÕES LTDA, de forma a manter sua inabilitação para os lotes 1, 2 e 3, bem como manter a habilitação da recorrida AC CONSTRUTORA LTDA nos lote 1, 2 e 3 do presente certame. Portanto, MANTENHO a decisão do Pregoeiro. À Pregoeira ciência e outras providências aplicáveis à espécie. Porto Velho/RO, data e hora do sistema. MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO Superintendente Estadual de Compras e Licitações